

Evento cultural celebra 32 anos de instalação do TRT do Paraná



Espectáculo "O Segundo Sopra", do Balé Teatro Guaíra, fez parte da programação cultural do aniversário de 32 anos do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, na noite de 19 de setembro **p. 8 e 9**

I Encontro Nacional de Ouvidorias da Justiça do Trabalho

Ouvidores e representantes das Ouvidorias de 14 regiões da Justiça do Trabalho reuniram-se, nos dias 25 e 26 de setembro, em Curitiba, no I Encontro Nacional de Ouvidorias da Justiça do Trabalho, promovido pelo TRT da 9ª Região, e que teve a presença da ouvidora-geral da União e representantes de outras instituições, além das duas entidades que congregam ouvidores brasileiros. O evento culminou com a aprovação da "Carta de Curitiba". **p. 3 e 4**

Encontro de Magistrados do Trabalho em Foz do Iguaçu

O Encontro Regional dos Magistrados do Trabalho do Paraná, organizado pela Escola de Administração Judiciária do TRT-PR e pela Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná - Amatra IX, foi realizado de 11 a 14 de setembro, em Foz do Iguaçu. O evento reuniu cerca de 120 participantes, entre desembargadores do TRT-PR e juízes titulares e substitutos da 9ª Região, além de magistrados de outros Regionais e convidados. **p. 5, 6 e 7**

Nesta Edição

- Semana Nacional da Conciliação será de 1º a 5 de dezembro **p. 10**
- TRT integra comitês e grupos de trabalho do CSJT **p. 11**
- Regulamentada ferramenta E-Gestão **p. 12**
- Encerramento do II Encontro Regionalizado de Saúde **p. 16**

Posse de juíza substituta no Paraná



A desembargadora presidente Rosalie Batista acompanha o pronunciamento da juíza Célia Leindorf

do ao Tribunal, a mim foram tecidos comentários elogiosos à nova juíza que recebemos, asseverando se tratar de uma feliz aquisição para a Justiça do Trabalho do Paraná. Chega com a experiência do exercício do mesmo cargo de Juiz Substituto, por dois anos e nove meses, na 23ª Região. Chega, portanto, fortalecida de amadurecimento pessoal, não havendo qualquer dúvida de que tem, na magistratura, o seu ideal de vida, o seu modo de contribuir para uma sociedade melhor. Com a consciência da própria responsabilidade de prosseguir inspirando no jurisdicionado a indispensável confiança no *munus* judicante, que é público”.

Ao final, a desembargadora Fátima Teresinha Loro Ledra Machado entregou a carteira funcional à empossada, que recebeu, ainda, ramallete de flores de boas-vindas das mãos da secretária-geral da Presidência, Eliane Brito. ■



A desembargadora Fátima Teresinha Loro Ledra Machado ao lado da empossada

Jussara Elisa

A magistrada Célia Regina Marcon Leindorf foi empossada, em 19 de setembro, no cargo de Juiz Substituto da Justiça do Trabalho da 9ª Região (Paraná). Com a posse, o quadro passou a ter 76 juizes substitutos, totalizando 157 magistrados no primeiro grau.

Desde janeiro de 2006, exercia a magistratura, no mesmo cargo, na 23ª Região (Mato Grosso), da qual se desligou pedindo remoção. Nascida em Francisco Beltrão (Paraná), graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (hoje Unicuritiba), em julho de 1998.

■ O ATO DE POSSE

A cerimônia aconteceu no Gabinete da Presidência do TRT paranaense, em Curitiba. Magistrados, servidores, advogados, familiares e amigos da empossada compareceram ao ato. A Amatra IX foi representada pelo seu presidente, juiz Bráulio Gabriel Gusmão; e a OAB - Seção

Paraná e a AATPR, pelo advogado e secretário adjunto da Ordem, Aramis de Souza Silveira.

Após a leitura do compromisso e termo de posse, tiveram início os discursos.

A primeira a pronunciar-se foi a juíza Célia Leindorf. Agradeceu o TRT-MT por sua liberação para o TRT-PR e magistrados e servidores do Regional paranaense pela receptividade. Ao final, elogiou a 9ª Região: “venho para um Tribunal de excelência e volto para casa”.

Em seu pronunciamento, a presidente do Tribunal do Paraná, desembargadora Rosalie Michaelae Bacila Batista, falou da trajetória da juíza Célia no TRT de Mato Grosso. “Sabemos que sua vinda embute a alegria do retorno e, para a instituição, representa a chegada de uma magistrada que irá somar seus conhecimentos, sua capacidade de trabalho e seu *animus* de atuar na 9ª Região, manifestado de há muito, mas que só agora foi possível concretizar. Ainda hoje, chegan-

NONA

É uma publicação mensal do TRT-PR. **Presidente:** Desembargadora Federal Rosalie Michaelae Bacila Batista. **Vice-Presidente e Ouvidor-Geral:** Desembargador Federal Luiz Eduardo Gunther. **Corregedor Regional:** Desembargador Federal Ney José de Freitas. **Diretor-Geral:** Vanderlei Crepaldi Peres. **Secretária-Geral da Presidência:** Eliane Márcia Brito. **Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:** Ana Cristina Navarro Lins. **Assessora de Comunicação e Jornalista Responsável:** Jussara Elisa (MTB 2440/PR). **Assessora de Imprensa:** Flaviane Galafassi. **Redação:** César Caldas, Flaviane Galafassi, Jussara Elisa, Luiz Munhoz e Rossana Tuoto. **Fotografia:** Inara Passos, Jussara Elisa, Luiz Munhoz, arquivo TRT-PR e divulgação. **Revisão:** César Caldas, Irene Piocker, Jussara Elisa, Rose Montes e Rossana Tuoto. **Diagramação:** Joel Gogola. **Apoio:** Vera Gutmann. **Tiragem:** 700 exemplares. **Impressão:** Gráfica Mult-Graphic.

Sugestões e opiniões para o NONA: Assessoria de Comunicação do TRT-PR - Av. Vicente Machado, 400 (Anexo Administrativo) - 10º andar - Curitiba - Paraná Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171 - ascom@trt9.jus.br

Encontro nacional de Ouvidorias discute rumos para aperfeiçoamento



O ouvidor e vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargador Luiz Eduardo Gunther, com os participantes do evento e equipe da Ouvidoria do TRT-PR

César Caldas

Ouvidores e representantes das Ouvidorias de 14 regiões da Justiça do Trabalho reuniram-se, nos dias 25 e 26 de setembro, em Curitiba, no **I Encontro Nacional de Ouvidorias da Justiça do Trabalho**, promovido pelo TRT do Paraná, e que teve a presença da ouvidora-geral da União e representantes de outras instituições, além das duas entidades que congregam ouvidores brasileiros.

O evento, pioneiro nesse formato, no país, contou com palestras, exposições e debates, culminando com a aprovação da "Carta de Curitiba" - documento que expressa o pensamento consensual dos participantes quanto a princípios, concepção e formulação de estratégias para o fortalecimento das Ouvidorias no âmbito do Judiciário Trabalhista.

Na solenidade de abertura, a presidente do TRT-PR e primeira ouvidora-geral do órgão, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, trouxe à lembrança que, ao propor a criação da Ouvidoria no âmbito do Tribunal, em 2006, o fez buscando a adoção de um desenho atributivo que se afastasse do caráter de mera vigilância, ao tempo em que privilegiasse o olhar da sociedade sobre uma instituição transparente, inspirando credibilidade a partir de um papel afirmativo como instrumento da cidadania. Segundo a presidente, as Ouvidorias devem "fomen-

tar a consciência popular sobre o papel social da Justiça do Trabalho, ensejadora do aperfeiçoamento da instituição, no espírito de uma Justiça que, por natureza, é voltada à arquitetura da paz social". O modelo idealizado, afirmou, é "o diplomata, não o policial". Outra característica fundamental da concepção propugnada pela desembargadora é a de uma Ouvidoria como "instrumento auxiliar de gestão, para o qual é imprescindível um ouvidor com perfil gerencial".

■ AVANÇO

A ouvidora-geral da União, Eliana Pinto, proferiu a palestra de abertura, na qual enfatizou o papel de indução do aperfeiçoamento das instituições estatais do país, ampliando os mecanismos de participação popular na fiscalização e no acompanhamento da prestação de serviços públicos. Traçou, também um esboço do recente histórico de disseminação das Ouvidorias no Brasil, que quadruplicaram a partir de 2003. Hoje, há 145 no Executivo Federal, 62 do Judiciário (nos âmbitos da União e das unidades federativas), 12 no Legislativo (nas três esferas), 478 nos Executivos estaduais, 182 nos municípios e 17 nos aparatos policiais, perfazendo um total de 896. Sua explanação contemplou, também, o papel multiplicador da OGU, por meio de cursos que promove em todo o Brasil.

■ ESTRUTURAS DISTINTAS

O primeiro painel, mediado pelo ou-

vidor-geral do TRT paranaense, desembargador Luiz Eduardo Gunther, teve por tema "A estrutura organizacional das Ouvidorias da Justiça do Trabalho e suas atuações como ferramenta de gestão". O mediador procedeu à detalhada exposição sobre aspectos variados da organização interna da Ouvidoria de que é titular. O ouvidor do TRT da 4ª Região (Rio Grande do Sul), desembargador José Felipe Ledur, expôs a experiência do Regional gaúcho, quanto à questão competencial, os objetivos e a força regimental da atuação da Ouvidoria. Frisou, dentre outros aspectos, as ferramentas de gerenciamento utilizadas, os diferentes modos de acesso pelo público em geral e as vantagens verificadas pela canalização de dúvidas da população no instrumento colocado à sua disposição. Pregou, também, a necessidade de uma desconstrução conceitual do Estado como ente abstrato, apresentando-o como entidade composta de pessoas e organismos coletivos interessados pelo indivíduo. O ouvidor regional do TRT da 18ª Região, Joelson Lisbôa, apresentou o modo pelo qual a Ouvidoria local tem contribuído para a melhoria da prestação jurisdicional, identificando problemas e sugerindo soluções duradouras à Corte goiana. A coordenadora da Ouvidoria do TRT da 16ª Região - Maranhão, Célia Nunes Muniz, historiou a atuação da Ouvidoria da Justiça Trabalhista maranhense, expondo sua estrutura e o *modus operandi* lá utilizado.

■ ATRIBUIÇÕES

"A competência da Ouvidoria e suas atribuições em conflito na âmbito do Tribunal" foi a temática do segundo painel do evento, mediado pelo ouvidor do TRT da 7ª Região (Ceará), desembargador Antonio Marques Cavalcante Filho, o qual ofereceu amplo panorama das atribuições conferidas à Ouvidoria cearense e o que as diferencia das de outros órgãos de economia interna daquele Tribunal, como a Corregedoria. O desembargador Carlos Newton Pinto, do TRT da 21ª Região (Rio Grande do Norte), deu a conhecer aspectos variados da ex-

perícia da Justiça do Trabalho potiguar, quanto ao acesso, por diversos meios, à Ouvidoria lá instalada. Dissertou sobre os valores que norteiam a atuação do órgão, seus objetivos e necessidades, para ao final expor sua visão quanto ao futuro que se pode vislumbrar, relativamente à atividade. A magistrada de segundo grau Ana Maria Ferreira Madruga, ouvidora do 13º Regional (Paraíba), procedeu a uma abrangente apresentação do que compete à diligência da Ouvidoria do Tribunal em que atua, comparativamente a outros elementos de sua estrutura. Em seguida, a assistente da Ouvidoria do TRT da 14ª Região, Odenilza Carmo dos Santos Nunes, traçou um paralelo entre as exposições precedentes e a experiência da Justiça do Trabalho na área, na jurisdição exercida sobre os Estados de Rondônia e Acre.

■ LEGISLAÇÃO PROPOSTA

A programação do primeiro dia foi encerrada com exposições das duas entidades que congregam os ouvidores do país. O presidente da Associação Brasileira de Ouvidores - Ombudsman (ABO), João Elias de Oliveira, dissertou sobre os artigos 37 e 103 da Constituição Federal, que dispõem sobre a instituição de Ouvidorias. Na esteira dos dispositivos constitucionais, explanou os pontos mais polêmicos do Projeto de Lei Federal 342/2007 e do correspondente substitutivo, que tramitam na Câmara dos Deputados, de autoria dos parlamentares Sérgio Barradas e Luiz Bassuna, respectivamente, e que visam a regulamentar a atuação dos ouvidores. Em seguida, o presidente da Associação Nacional de

Ouvidores Públicos (ANOP), Aristóteles dos Santos, ponderou aos presentes algumas questões que, a seu ver, são merecedoras de reflexão, em especial quanto à obrigatoriedade, ou não, de o ouvidor ser pertencente à instituição onde exerce a atividade e à previsão de um condicionante ao mesmo exercício no âmbito do Poder Judiciário, qual seja, a certificação pelo Conselho Nacional de Justiça.

■ ESTRATÉGIAS

O painel intitulado "A parceria entre a Ouvidoria e o cidadão interno - estratégias de ação" teve a mediação do ouvidor Carlos Newton Pinto (desembargador do TRT-RN). A primeira exposição coube ao ouvidor da Caixa Econômica Federal, Paulo Roberto dos Santos, que explanou a política de aproximação com o usuário de seus serviços, adotada pela instituição bancária, e que leva em conta a missão institucional e a finalidade social que inspira e define suas atividades de fomento, financiamento e gestão de recursos. O presidente da ANOP, Aristóteles dos Santos, abordou a atuação da Ouvidoria da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e, fechando o bloco, a supervisora da Ouvidoria do TRT da 1ª Região (Rio de Janeiro), Janúbia Rodrigues Almeida de Castro, ofereceu aos presentes um relato de como o Tribunal fluminense tem prestigiado o exercício das atribuições atinentes à competência da Ouvidoria.

■ PSICOLOGIA PARA MEDIAR

A palestra de encerramento do I Encontro esteve a cargo da psicóloga e especialista em mediação Eliane Ribert Nazareth, que falou sobre "A Ouvidoria como mediadora de conflitos". A profis-

sional centrou sua fala em aspectos emocionais, que devem ser levados em conta por aqueles a quem compete promover a aproximação de partes antagonizadas por interesses opostos. Com exemplos didáticos do ânimo beligerante de quem contende, lembrou a necessidade do uso da ponderação, por parte do conciliador, e que a disposição para o diálogo torna menos distantes os pontos-de-vista que se pretende compor.

■ CARTA DE CURITIBA

Os debates e as trocas de idéias sobre a atuação das Ouvidorias não se limitaram à realização dos painéis e à intervenção dos assistentes, mediante perguntas enviadas à mesa dos trabalhos. Os participantes reuniram-se, em duas oportunidades, para discutir os rumos pretendidos para a atividade e redigir a denominada "Carta de Curitiba", que resume os pontos de consenso quanto a diversos tópicos abordados ao longo do evento, e que será transcrita na próxima edição deste informativo.

O ouvidor-geral e vice-presidente do TRT do Paraná, desembargador Luiz Eduardo Gunther, saudou a diversidade das experiências expostas e a importância do intercâmbio proporcionado pelo colóquio, além de destacar "a participação enriquecedora dos representantes das Justiças Federal e Eleitoral, do Ministério Público do Estado do Paraná e do Ministério do Trabalho e Emprego, os quais em muito contribuíram para a reflexão de todos nós". Ao final, foi definido que Natal-RN sediará o II Encontro Nacional de Ouvidores da Justiça do Trabalho, em outubro de 2009. ■

Desembargador Ney José de Freitas é eleito membro da ANDT

Flaviane Galafassi

O corregedor regional da Justiça do Trabalho do Paraná, desembargador Ney José de Freitas, foi eleito para a cadeira 50 da Academia Nacional do Direito do Trabalho, instituição fundada há 30 anos e que tem por finalidade o estudo do Direito do Trabalho, o aperfeiçoamento e a difusão da legislação trabalhista.

Na eleição, o desembargador Ney

José de Freitas obteve 44 votos, sucedendo a Aluysio Mendonça Sampaio. Além do desembargador paranaense, também foi eleito, para a cadeira 69, o ministro João Batista Brito Pereira, do Tribunal Superior do Trabalho. As datas de posse dos novos acadêmicos ainda não foram marcadas.

O desembargador Ney José de Freitas, além de ocupar atualmente a corregedoria da Justiça do Trabalho da 9ª Região, também é professor e poeta.

Para ele, ocupar tão importante posição dentro do Direito do Trabalho é uma honra. "É um fato importante estar entre os 100 representantes da Academia em todo o país. É um prestígio não só pessoal, mas para todo o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e também para o Paraná, uma vez que esta representação acadêmica significa a disseminação de conceitos, obras publicadas e discussões sobre o direito trabalhista", enfatizou o magistrado. ■

Encontro Regional de Magistrados do Trabalho do Paraná em Foz do Iguaçu

Jussara Elisa

O Encontro Regional dos Magistrados do Trabalho do Paraná, organizado pela Escola de Administração Judiciária do TRT-PR e pela Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná - Amatra IX, foi realizado de 11 a 14 de setembro, em Foz do Iguaçu.

Participaram da cerimônia de abertura, os anfitriões do evento, magistrados Rosemarie Diedrichs Pimpão (diretora da EAJ do TRT-PR) e Bráulio Gabriel Gusmão (presidente da Amatra-IX), além da presidente do Tribunal do Trabalho do Paraná, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista; do corregedor da 9ª Região da Justiça do Trabalho, desembargador Ney José de Freitas; do conselheiro integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), desembargador Altino Pedrozo dos Santos; dos presidentes da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), magistrados Cláudio José Montesso e Mozart Valadares Pires, respectivamente.

Em seu discurso, o juiz Bráulio Gusmão lembrou que os temas das palestras e deliberações, traçados pela Escola de Administração Judiciária do Tribunal, “decorreram de solicitações dos próprios magistrados, como é o caso da execução trabalhista, ou surgiram das urgências atuais, como a liquidação de sentença e a implantação do projeto das tabelas de movimentações processuais do Conselho Nacional de Justiça”.

A presidente Rosalie Batista, em seu pronunciamento, abordou o caráter científico proporcionado pela Escola de Administração Judiciária. “Sob esse enfoque, o encontro terá o mérito de nos descortinar relevante abordagem sobre questões recorrentes em uma das fases mais agudas das ações trabalhistas. Aspectos controversos dos procedimentos previstos na CLT e no CPC na fase executória nos serão oferecidos, contribuindo para uma reflexão coletiva e para o conhecimento das ponderações de cada colega sobre o tema. Exposição



Os magistrados Rosemarie Diedrichs Pimpão (EAJ do TRT-PR), Mozart Valadares Pires (AMB), Rosalie Michaele Bacila Batista (TRT-PR), Bráulio Gabriel Gusmão (Amatra IX), Cláudio José Montesso (Anamatra), Ney José de Freitas (TRT-PR) e Altino Pedrozo dos Santos (TRT-PR) durante a solenidade de abertura do encontro

sobre as Tabelas Unificadas, criadas pela Resolução 46/2007 do Conselho Nacional de Justiça e que padronizarão classes, assuntos e a nomenclatura de movimentações processuais, completará a vertente jurídico-cultural deste encontro. Outra dimensão é a da aproximação de todos nós. São 81 as Varas do Trabalho no Estado, distribuídas em 41 municípios de distintas regiões geográficas. Este evento nos oportuniza a confraternização, em um clima de que só atividades lúdicas, esportivas e de lazer sóem conceder”.

Cláudio Montesso iniciou sua fala enfatizando que a magistratura brasileira é responsável pelos seus atos, práticas e condutas. Após, abordou a temática do evento. “A execução é uma questão extremamente cara à Justiça do Trabalho. É identificada como gargalo da efetivação jurisdicional na Justiça Trabalhista. Houve momentos piores. Hoje conseguimos alguns avanços, mas ainda é possível avançar mais. Todos nós temos o compromisso de uma maior celeridade na prestação jurisdicional”. A respeito da exigibilidade da sentença líquida, falou que essa tem que estar acompanhada da necessária implementação de mecanismos suficientes e adequados para que o juiz possa cumprir essa determinação.

O magistrado Mozart Valadares Pires, agradecendo o convite recebido para participar de evento, que considerou altamente relevante, falou da importância da união entre os diversos ramos da magistratura nacional. “Esforço comum

de todos, com o objetivo de fortalecer cada vez mais a luta da magistratura brasileira para que tenhamos um Poder Judiciário cada vez mais respeitado pela sociedade. E para que possamos melhorar a nossa prestação de serviços”.

Em seu pronunciamento, a desembargadora Rosemarie Pimpão ressaltou que “a escolha do conteúdo científico, ao tempo que atende à determinação do excelentíssimo ministro corregedor da Justiça do Trabalho, quando da correção ordinária realizada em maio de 2008, prossegue no exame de importantes temas que suscitam vavaz debate naquilo que se compreende como genuíno gargalo no processo trabalhista em discussão”. De acordo com a magistrada, os temas em pauta são merecedores de profunda análise porque evidenciam tendência ao prestígio do crédito trabalhista formado a partir da obrigação de natureza alimentar.

O desembargador Altino Pedrozo dos Santos ressaltou seu desejo de que, das discussões, possam advir novos instrumentos de melhoria para desatar este nó que é chamado de execução trabalhista. “Tenho certeza que daqui sairão contribuições que possam ser encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça, para que, na sua atuação administrativa em âmbito nacional, também venha atuar auxiliando e contribuindo para que possamos melhorar a entrega da prestação jurisdicional definitiva, com a aceleração da execução trabalhista”.

O evento reuniu cerca de 120 participantes, dentre desembargadores do TRT-PR e juízes titulares e substitutos da 9ª Região, além de magistrados de outros Regionais e convidados.

■ PALESTRA DE ABERTURA

A primeira palestra do evento foi sobre “Contribuição Previdenciária e Execução Fiscal”, proferida pela titular da 2ª Vara do Trabalho de Paulínea (SP), juíza Maria Inês Correa Targa. De acordo com a palestrante, a seguridade social é responsabilidade de todos e por toda a sociedade financiada. “Dela depende o bem-estar de milhões de brasileiros e, assim, verificamos a competência atribuída à Justiça do Trabalho como fator de seu fortalecimento, mas também deste ramo do Poder Judiciário, que assim amplia seu relevante papel social. Porém, conquanto tal execução deva se desenvolver da melhor forma, perante a Justiça do Trabalho, não é por isso que se pode concordar com o que está sendo chamado de ‘fúria arrecadadora do INSS’, que tem utilizado os céleres e efetivos procedimentos da justiça obreira como meio de incrementar sua arrecadação, desconsiderando, entretanto, princípios de Direito Tributário inseridos na Constituição Federal e os próprios trabalhadores, que não têm visto o aproveitamento dos recolhimentos que são efetivados, no processo do trabalho, em seu benefício, situação que já há muito preocupava os autores e que agora passou a ser discutida pela Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho”, expôs.

Ao concluir sua explanação, a magistrada ressaltou que a competência atribuída à Justiça do Trabalho pelo art. 114, VIII, da Constituição Federal, é de extrema importância social e política, devendo o magistrado velar pela integral aplicação da medida. Disse, ainda, que o juiz não deve deixar de homologar acordos que sejam verdadeiramente pacificadores das partes em conflito. “Muito pelo contrário. Sua função se agiganta ao ouvir as partes em litígio e ao homologar acordos verdadeiramente pacificadores da lide sociológica. Essa função deve ser exercida em sua inteireza, com discriminação da natureza das verbas sobre as quais o acordo é realizado e sem preocupação com o quanto a sentença, ou mesmo o acórdão, anterior-

mente decidiu, mas com a busca efetiva de pacificação e da situação específica pelas partes enfrentada, que no geral é única e só se revela nos autos daquele processo. Reconhecido o vínculo de emprego, o empregador deve recolher as contribuições atrelando-as à identificação previdenciária do trabalhador”.

■ LANÇAMENTO DE LIVRO

No final do primeiro dia do encontro, houve noite de autógrafos do livro “Curso de Cálculos de Liquidação Trabalhista - dos conceitos à elaboração das contas” - 2ª edição - do juiz do Trabalho José Aparecido dos Santos, titular da 17ª Vara do Trabalho de Curitiba.



O juiz do Trabalho José Aparecido dos Santos (17ª VT de Curitiba) em noite de autógrafos

■ SENTENÇA LÍQUIDA

No dia 12, os magistrados Osmair Couto (vice-presidente do TRT da 23ª Região), Célio Horst Waldruff (desembargador do TRT da 9ª Região) e Odete Grasselli (titular da VT de Pinhais) abordaram o tema “Sentença líquida - conveniência e possibilidade”.

Inicialmente, o magistrado Osmair Couto detalhou os procedimentos da sentença líquida em primeiro e segundo graus. Após, falou das vantagens da adoção do sistema: estímulo ao acordo em razão do conhecimento do valor exato da execução; os valores de imposto de renda e condenação em custas são reais e não estimativas; e intercâmbio entre o juiz e o calculista para saneamento de dúvidas, evitando o embargo de declaração futuro. Segundo o magistrado, o procedimento atende a ofício circular da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que propõe a prolação de decisão condenatória líquida, e evita incidentes na execução.

A magistrada Odete Grasselli apresentou dados estatísticos da unidade judiciária da qual é titular, que demons-

tram a viabilidade da sentença líquida. “Os excelentes resultados podem ser observados de um levantamento estatístico realizado do final de abril ao final de julho (três meses), quanto às sentenças prolatadas líquidas, em procedimento sumaríssimo e de conhecimento: 28% apenas foram objeto de embargos de declaração; 26% subiram ao Tribunal em grau de recurso, 42% dos processos com sentença líquida prosseguiram o curso normal de execução, pela aplicação do art. 475-J do CPC. Evitou-se o mandado de citação sob pena de multa e 4% fizeram conciliação. A disposição para conciliação em casos similares, nos processos trabalhistas em andamento, ou por iniciar, é muito mais visível e real.”

Em sua explanação, o desembargador Célio Horst Waldruff apresentou argumentos favoráveis e desfavoráveis em relação ao proferimento da sentença líquida. Segundo o magistrado, apresentar para o reclamante já o resultado em reais (valores numéricos) atende às expectativas naturais “daqueles que procuram se socorrer da nossa tutela jurisdicional e essa circunstância é muito importante”, frisou. O desembargador apresentou, ainda, outro argumento favorável. “Nos termos da Lei 9.958, que fixa o procedimento sumaríssimo, nós, juízes, exigimos que os advogados e as partes apresentem uma petição inicial líquida. Ora, nada mais natural que, se fazemos esse tipo de exigência, por uma questão até de reciprocidade ética, a nossa decisão também seja líquida”. Segundo o magistrado Célio Waldruff, mais um aspecto positivo da sentença líquida diz respeito à efetiva aplicabilidade do art. 745-J do CPC ao processo do trabalho. A Seção Especializada do TRT do Paraná tem uma orientação jurisprudencial consagrando a aplica-



Os magistrados Odete Grasselli, Célio Horst Waldruff e Rosemarie Pimpão (diretora da EAJ do TRT-PR) durante o painel sobre sentença líquida

bilidade desse preceito no processo do trabalho.

Na apresentação de argumentos desfavoráveis em relação à sentença líquida, apontou a segurança, tendo em vista que há espaço de tempo entre a prolação da sentença “não assinada” e a sua materialização em cálculo. Lembrou que, se a sentença estiver assinada, há outra questão a ser ponderada: “se ela já está proferida, aí inicia-se, eventualmente, um prazo de contagem de recurso, que é peremptório de oito dias, enquanto a Contadoria tem o prazo de dez dias para se pronunciar”. Finalizou lembrando que, para a viabilidade da sentença líquida, a Justiça do Trabalho da 9ª Região necessitaria de uma unidade competente só para a elaboração desses cálculos, ou seria necessário terceirizar o serviço, utilizando o trabalho de peritos.

■ TABELAS UNIFICADAS

O coordenador do Grupo Gestor de Tabelas Unificadas no TRT-PR, juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti (tиту-

lar da VT de Jaguariaíva), proferiu palestra sobre a implantação das Tabelas Unificadas do CNJ (Resolução 46/2007) no Tribunal do Trabalho do Paraná.

Segundo o juiz Paulo Conti, o projeto é uma iniciativa de aprimoramento de gestão das informações processuais, elaborado a partir da constatação da inexistência de padrões minimamente harmônicos de cadastramento dos atos processuais pelos diversos tribunais brasileiros, nos bancos de dados. Em sua explanação, o magistrado falou sobre os objetivos principais dessa uniformização dos registros de dados processuais e explicou o cadastramento de informações nas tabelas processuais unificadas.

De acordo com o juiz Conti, o TRT do Paraná está trabalhando para a adequação de seu sistema de gestão de dados processuais ao sistema padronizado.



Os magistrados Paulo Henrique Kretzschmar e Conti (à esquerda) e Arion Mazurkevic no painel sobre Tabelas Unificadas do CNJ

Lembrou, na oportunidade, que o prazo final para implantação das tabelas unificadas nos órgãos da Justiça foi 30 de setembro.

■ ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER

A Amatra-IX organizou atividades esportivas, a maioria concentrada no sábado, com a proposta de, além do congraçamento, de selecionar atletas para os jogos nacionais da Anamatra, que acontecerão no final de outubro, no Rio de Janeiro. Também foram oportunizados aos presentes passeios a pontos turísticos da região. ■

Encontro no Recife debate memória da Justiça do Trabalho

Rossana Tuoto

O TRT da 6ª Região (Pernambuco) sediou o III Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho, nos dias 4 e 5 de setembro.

O corregedor da 9ª Região da Justiça do Trabalho, desembargador Ney José de Freitas, que participou do encontro em Recife, saudou a proposta de um fórum nacional permanente (Memojutra). “A proposição contempla a elaboração de um estatuto como marco regulador institucional e a formação de um inventário de processos históricos das décadas de 20 a 90 do século passado”, destacou.

“Preservar a memória é velar pelo passado, conferir o devido relevo ao presente e garantir o futuro da história de muitas vidas, valorizando a cidadania do nosso jurisdicionado”, enfatizou. Acrescentou, que a entrega da Justiça é tão relevante quanto o de-

ver de guardar, com o devido respeito histórico, o acervo cultural, social e econômico retratado nos autos dos processos.

Também corroborou a iniciativa da criação do “selo da memória da Justiça do Trabalho” pela 6ª Região. Ressaltou que “a ação tem o escopo de desenvolver a cultura de preservação, como mecanismo de compartilhar a responsabilidade de escolher documentos relevantes que reproduzem eventos importantes da vida do trabalhador”. E defendeu a extensão do projeto aos outros Regionais: “o selo teria o condão de identificar um processo por seu intrínseco valor histórico, contando e recontando a história das relações de trabalho, de seus protagonistas (trabalhador e empresa), da Justiça como instituição, seus magistrados, servidores e dos advogados”.

Participaram do evento, também,

duas servidoras da Justiça do Trabalho paranaense: a diretora do Serviço de Arquivo e Documentação do TRT, Neide Francisca de Oliveira Spíndola, e a assessora da Secretaria-Geral da Presidência, Rosana de Lurdes Mendes. Relataram que, “fazer brotar o historiadador que existe dentro de cada um, fomentando a consciência da preservação da história das instituições, como ferramenta de aperfeiçoamento e aprendizado”, foi reflexão reiterada. Da mesma forma, consideraram instigante a palestra da desembargadora Eneida Melo Correia de Araújo, do TRT-PE, que conceituou a memória como expressão de cidadania, construída no bojo de um processo histórico-evolutivo como vetor fundamental da dignidade da pessoa. As servidoras elogiaram a afirmação da magistrada, segundo a qual, “cuidar da história é dever do Estado e direito do cidadão”. ■

TRT-PR comemora 32 anos de instalação com programação cultural

Apresentação de balé e de orquestra filarmônica marcaram a comemoração no Teatro Guaíra

Jussara Elisa

Os 32 anos de instalação do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região foram celebrados com uma programação cultural, no Teatro Guaíra, em Curitiba, na noite de 19 de setembro. O programa teve início com a entoação do Hino Nacional, pelo Grupo Vocal do Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho e regência de Anderson Nascimento. Em seguida, foi apresentado o espetáculo "O Segundo Sopro", idealizado por Roseli Rodrigues e interpretado pelo Balé Teatro Guaíra. Após a entrega de diplomas a servidores que completam 25 anos de serviço na Justiça do Trabalho do Paraná, o evento foi encerrado pela Orquestra Filarmonica de Metais e Percussão - Paraná Brass, regida pelo maestro Carlos Domingues e acompanhada pela soprano Luiza Wuaden.

O evento contou com o apoio da



Desembargadora Wanda Santi da Silva (à direita) entregou certificado a Beatriz Borges de Macedo



Cirley Loeblein (à esquerda) recebe o certificado do Jubileu de Prata das mãos da presidente do TRT-PR

Caixa Econômica Federal, da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região (Amatra-IX) e do Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho do Paraná (Sinjutra).

Participaram do evento, representantes da magistratura (federal e estadual), Ministério Público, Executivo, Legislativo, servidores da Justiça do Trabalho, com seus familiares e convidados, em geral.

■ DISCURSO DA PRESIDENTE

Na abertura do programa, a presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, dirigiu-se aos presentes afirmando que no auditório estavam reunidos "aqueles que, em última análise, escolheram para suas vidas um mesmo caminho: é a eles que esta programação é dedicada. A todos os que têm construído, ao longo dos anos, um dos mais respeitados tribunais da vida brasileira, enfrentando as questões de nosso tempo. Ao magistrado trabalhador. Aos profissionais do Ministério Público do Trabalho do Paraná, nossa instituição irmã, nascida no mesmo ano. Ao advogado, um trabalhador que a Constituição define como essencial à administração judiciária. A noite de hoje também se volta ao servidor. É o despreendido espírito de cooperação do trabalhador da Justiça que instrumentaliza o fun-

cionamento do Judiciário."

A presidente ressaltou que o TRT fundou-se no primado de servir a sociedade, voltado ao atendimento de uma Justiça mais próxima do povo - ágil, eficaz, efetiva. "Seu histórico, passando pelo teor das suas decisões judiciais, é inseparável da evolução do Paraná nesses 32 anos. No contexto das relações sociais em nosso Estado, não se pode emprestar outra explicação para sua gênese, senão a de um tribunal legitimado pelos anseios sociais e com eles sintonizados. Eis porque quisemos compartilhar esta alegria com outros setores da sociedade, que aqui se fazem presentes nas pessoas das expressivas autoridades, às quais muito nos honra receber".

Finalizou, lembrando que um dos principais conceitos que aproximam a música da condição humana é a harmonia. "Não há música sem harmonia. Não há orquestra, não há coreografia que possa prescindir da harmonia. Cada instrumentista, cada bailarino sabe que melodia, movimento e ritmo são importantes, mas todos eles estarão comprometidos, se não houver a imprescindível combinação que lhes confere a harmônica unidade. Assim também o são as relações sociais que construímos no dia-a-dia. É da nossa harmonia, de nosso entendimento,



Desembargador Altino dos Santos procedeu à entrega do certificado a Elizabeth Zimmermann



Desembargadora Rosemarie Pimpão entregou diploma Jubileu de Prata a Irene Wanzuita



O Grupo Vocal do Sinjutra entoou o Hino Nacional

da união de nossos esforços, que depende a Paz Social buscada cotidianamente pela Justiça do Trabalho. Nosso desafio agora é projetar e construir o futuro, com respeito ao passado e ao presente de grande Tribunal da Cidadania do povo paranaense”.

■ O SEGUNDO SOPRO

Em “O Segundo Sopro”, a coreógrafa paulista Roseli Rodrigues uniu o sentido de três elementos (vento, água e pedras) em nove cenas. Os bailarinos apresentaram-se sob uma cortina de chuva artificial, com o palco coberto por um espelho d’água. Em sua simbologia, “O Segundo Sopro” é a representação da água, como contraponto e complemento do ar, que constituem pressupostos para a vida. As nove cenas foram: “Aurora”, “O Segundo Sopro”, “Corpus”, “A Partilha”, “Tetractys”, “Uno”, “O Retorno”, “Aurora II” e “Harmonia”.

■ VÍDEO INSTITUCIONAL

Na oportunidade, foi apresentado um vídeo institucional produzido pela Assessoria de Comunicação do TRT do Paraná, mostrando em breves imagens a evolução da Justiça do Trabalho em nosso Estado, ao longo dos 32 anos transcorridos.

■ JUBILEU DE PRATA

O TRT-PR homenageou servidores com diploma Jubileu de Prata, pelos 25 anos de atividades desenvolvidas na Justiça do Trabalho, completados em 2008. Os certificados foram entregues pelos desembargadores Wanda Santi Cardoso da Silva, à servidora Beatriz Cleonice Juras Lacerda Borges de Macedo; Rosalie Michaela Bacila Batista, à servidora Cirley Teresinha Loeblein; Altino Pedrozo dos Santos, à servidora Elizabeth Zimmermann, e



Platéia acompanhou atenta às apresentações

Rosemarie Diedrichs Pimpão, à servidora Irene Wanzuita. Outros sete servidores também cumprem o período de 25 anos na 9ª Região da Justiça do Trabalho, mas não puderam comparecer à cerimônia: Ademir Carlos Pauluki, Doroti Szeremeta Rolim Valeixo, Iara Montenegro Bezerra, Jonathas de Souza Paixão Neto, José Roberto de Araújo, Marilena de Paiva Nascimento e Roseli Maria Pereira.

■ FOTOS HISTÓRICAS

Durante o evento, foram apresentados registros fotográficos constantes do arquivo do TRT do Paraná, com imagens que contam um pouco da história da Justiça do Trabalho do Paraná nesses 32 anos completados em 17 de setembro.

■ PARANÁ BRASS E LUIZA WUADEN

O evento foi encerrado com a apresentação da Orquestra Filarmônica de Metais e Percussão - Paraná Brass, regido pelo maestro Carlos Domingues e com a participação da soprano Luiza Wuaden.

Criada por iniciativa de músicos paranaenses, a Paraná Brass existe há oito anos, destacando-se no cenário musical como uma orquestra inovadora e destemida, tendo se apresentado nos mais variados espaços culturais de nosso Estado. Desenvolve sua arte e cultura, levando ao público a sonoridade típica dos instrumentos de metais e percussão. O maestro Carlos Domingues a idealizou, fundou e é seu diretor artístico.

A soprano curitibana Luiza Wuaden, iniciou seus estudos musicais aos três anos, participando desde cedo do Coral Curumim. Aos 12 anos, iniciou no canto lírico. Em 2006, foi selecionada em audição na “Juilliard School”, de



Apresentação do Balé Teatro Guaíra sob cortina de água, em “O Segundo Sopro”



Luiza Wuaden e a orquestra Paraná Brass durante “Parabéns para você”

Nova York, para cursar o chamado Pre-College. No ano passado, foi admitida no Curso Avançado de Canto da Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Gravou o CD “Música de Cena”, com um quarteto de cordas.

A Paraná Brass e Luiza Wuaden apresentaram variado repertório, cujo ponto de contato foram trilhas sonoras de obras representativas da arte cinematográfica: Bolero (Ravel) de Retratos da Vida, The Magnificent Seven (Elmer Bernstein) de Sete Homens e um Destino, You’ll Be in My Heart (Elton John) de O Rei Leão, Conquest of Paradise (Vangelis) de A Conquista do Paraíso, Beauty and The Beast (Alan Menken) de A Bela e a Fera, Over The Rainbow (Harold Arlen) de O Mágico de Oz, The Mission (Ennio Morricone) de A Missão, Moon River (Henry Mancini) de Bonequinha de Luxo, I Feel Pretty (Leonard Bernstein) de Amor, Sublime Amor, She (Charles Aznavour) de Um Lugar Chamado Nothing Hill e New York, New York (John Kander) do filme homônimo.

O evento teve seu final marcado com a Orquestra Paraná Brass tocando “Parabéns para você” ao Tribunal do Trabalho da 9ª Região, acompanhada por aplausos dos presentes. ■

TRT-PR participa da Semana Nacional de Conciliação

Flaviane Galafassi

A Semana Nacional de Conciliação 2008, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), está programada para 1º a 5 de dezembro. No período, tribunais de todo o país farão audiências com objetivo de incentivar o acordo entre as partes. O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná já se prepara para agendar um grande número de audiências nos cinco dias. O objetivo é alertar advogados, empresas e todo o público sobre a importância da conciliação como forma de pacificação social. “A conciliação agrada a ambas as partes. É o melhor resultado em um

processo trabalhista”, diz a presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista.

Este é o terceiro ano em que o CNJ concentra, no mês de dezembro, a promoção de conciliações nos Estados e no Distrito Federal. No TRT do Paraná, o índice de acordos na Semana Nacional de Conciliação, no ano passado, foi de 35%. Foram 1.429 acordos homologados em 4.017 audiências realizadas.

“Na Justiça do Trabalho do Paraná, o foco na conciliação acontece o ano todo. Temos excelentes índices de acordos, tanto em primeira, quanto em se-

gunda instância. Para ambas, criamos os Juízos Auxiliares de Conciliação, além do Juízo de Conciliação em Precatórios. A Semana Nacional de Conciliação é uma iniciativa importante no sentido de incentivar o diálogo entre as partes”, enfatiza a presidente do TRT-PR. Ela alerta que o acordo pode ser feito em qualquer fase de um processo, até mesmo na execução, momento em que o valor do crédito já está determinado. “Muitas vezes a Justiça não encontra bens disponíveis para o pagamento integral e as partes podem pactuar uma solução para que o processo seja concluído”, lembra a magistrada. ■

Juízos Auxiliares de Conciliação da Justiça do Trabalho: um ano de sucesso

Flaviane Galafassi

Os Juízos Auxiliares de Conciliação da Justiça do Trabalho do Paraná completaram um ano de atuação, neste mês de setembro, com o marco de 101 acordos homologados em primeira instância e 66 em segunda instância, atingindo mais de 50% de acordos nas audiências realizadas. No total, o Juízo Auxiliar de Conciliação de Primeiro Grau (que atua em ações que tramitam nas Varas do Trabalho) recebeu 259 processos, a maioria em fase de execução, realizando 192 audiências, com um índice de 52% de acordos. No Juízo de Segundo Grau (no TRT), foram 148 processos recebidos, com 113 encerrados, 140 audiências realizadas e um índice de 58% de acordos.

“O trabalho desenvolvido pelos Juízos Conciliatórios e os excelentes resultados nas conciliações mostram bem o foco em que a Justiça do Trabalho do Paraná atua, na busca dos acordos

como forma de pacificação social”, diz a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista.

A magistrada salienta o trabalho do Juízo Auxiliar de Primeiro Grau, principalmente na tentativa de acordo na fase de execução, período em que as partes envolvidas não se encontram mais pessoalmente, como acontece na fase inicial do processo e, por consequência, distancia-se a possibilidade de acordos. “Esse Juízo atua diretamente no trabalho de informar as partes, mostrando os benefícios de um acordo para concluir o processo, que muitas vezes se arrasta por anos na Justiça do Trabalho, pelo fato de não haver condições de pagamento. O acordo finaliza essas diferenças e gera paz na vida das pessoas, tanto daquelas que querem receber o valor devido, quanto das que sabem que precisam pagar, mas não têm como”, pondera a presidente.

No âmbito do Juízo Auxiliar de Conciliação de Segundo Grau, a presidente do Tribunal do Trabalho do Paraná destaca a iniciativa de levar ao interior do Estado um desembargador para atuar em processos que estão em recurso. “Queremos uma justiça cada vez mais próxima do cidadão e essa proximidade se dá, principalmente, encurtando distâncias, oferecendo à população acesso fácil à justiça”, diz a desembargadora.

Além de atuar no litoral e interior do Paraná, os desembargadores do Juízo Auxiliar de Conciliação de Segundo Grau (como também o Juízo de Primeiro) estão convocando empresas que têm um grande número de processos na Justiça do Trabalho para que priorizem a possibilidade da conciliação. Dessa forma, espera-se iniciar mais uma fase de bons resultados na atuação dos Juízos Auxiliares de Conciliação, nas duas instâncias. ■

TRT da 9ª Região integra comitês e grupos de trabalho do CSJT

Luiz Munhoz

O Regional paraense participa ativamente da formulação de propostas de tecnologia da informação no CSJT, através de comitês e grupos de trabalho, com o objetivo de conferir maior celeridade à prestação jurisdicional mediante planejamento estratégico de informática.

Fazem parte destes comitês e grupos de trabalho, o juiz Bráulio Gabriel Gusmão na Comissão de Avaliação dos Projetos de Informática - CAPI, Gláucio Silveira (SI) no Grupo de Trabalho SOA/Servidor de Aplicações/SAAC, Daniel Thomaz (SI) no Comitê de Gestão do Conhecimento/Comitê e Recurso/SAAC, Carlos Lopes (SI) no Comitê de Infra-estrutura Computacional e Luiz Munhoz (Ascom) no Grupo de Trabalho de Comunicação

Organizacional. Foram definidos também os servidores da SI que poderão ser aproveitados em oportunidades futuras, em razão das limitações quantitativas definidas para cada equipe: Wellington Gaboardi, Paulo Nunes e Jaime de Brito. A participação do Regional paraense em diversos grupos e comitês demonstra o alto grau técnico obtido por seus magistrados e servidores.

A inexistência, até alguns anos atrás, de um planejamento estratégico nacional na área de tecnologia de informação na Justiça do Trabalho levou os regionais trabalhistas ao desenvolvimento, por conta própria, de diversos sistemas informatizados, com *softwares* e *hardwares* diferentes. Essa situação acabou produzindo diversidade tecnológica, com metodologias e estágios de infor-

matização diferentes, além da duplicidade de investimento. Partindo dessa premissa, o CSJT, em maio de 2007, formou a Comissão de Avaliação dos Projetos de Informática da Justiça do Trabalho - CAPI, que visa a supervisionar as ações do projeto orçamentário de informatização da Justiça do Trabalho, denominado Sistema Integrado de Gestão da Informação na Justiça do Trabalho - SIGI-JT.

Em agosto deste ano, o CSJT iniciou um processo seletivo quantitativo (regiões trabalhistas, tribunais, comitês e membros) e qualitativo (políticas e prioridades gerenciais, projetos técnicos, formação acadêmica e experiência profissional) para reestruturar os comitês, sub-comitês e grupos de trabalho que compõem o SIGI/JT. ■

Precatórios trabalhistas: orçamento 2009

Flaviane Galafassi

A Justiça do Trabalho do Paraná concluiu a relação de precatórios trabalhistas que devem ser incluídos no orçamento 2009 dos governos Federal, Estadual e dos municípios. São necessários mais de R\$ 102 milhões para quitar dívidas em execução na Justiça do Trabalho. O montante refere-se a 67 precatórios da União, 84 do Estado e 1.290 dos municípios, tanto da administração direta quanto indireta, requisitados entre 2 de julho de 2007 e 1º de julho de 2008. Comparativamente ao ano passado, quando foram requisitados 826 precatórios, no importe de R\$ 48 milhões, o aumento foi

de 74,5% no número de precatórios e de 114% nos valores a serem pagos.

No total, o Governo do Estado deve incluir em seu orçamento de 2009 R\$ 55.988.298,65 referentes a 84 precatórios. Os municípios somam R\$ 38.282.992,68 em 1.290 precatórios e a União, R\$ 8.313.091,43 em 67 precatórios.

Com exceção do Governo Federal, os governos Estadual e municipais estão em atraso com a Justiça do Trabalho do Paraná. A dívida da Fazenda Pública gira em torno de R\$ 208 milhões (dados de março de 2008), totalizando 2.144 precatórios atrasados de municípios e do Governo do Estado do

Paraná. Há precatórios municipais vencidos, por exemplo, há 10 anos.

Para conseguir receber os precatórios atrasados, o TRT da 9ª Região criou este ano o Juízo Auxiliar de Conciliação em Precatórios. Todas as semanas acontecem audiências com representantes das prefeituras, o que tem resultado em 100% de acordo. As audiências de conciliação são realizadas todas as sextas-feiras por um dos quatro juizes que compõem o Juízo Auxiliar. Os acordos com os municípios existem desde 2005 na Justiça do Trabalho do Paraná. Com a criação do Juízo Auxiliar, contudo, houve uma intensificação no trabalho de conciliação. ■

Errata: No Nona de setembro de 2008, edição 164, página 9, no último parágrafo do texto sobre o 2º curso de formação inicial de juizes, onde consta "binômio produtividade com criatividade", o correto é "binômio produtividade com qualidade". Repetimos o último parágrafo neste momento: Para a diretora da Escola de Administração Judiciária do TRT-PR, desembargadora federal do Trabalho Rosemarie Diedrichs Pimpão, "a positiva avaliação, pela Enamat, do curso aqui ministrado, de forma pioneira, sinaliza para um caminho seguro, voltado ao aperfeiçoamento da entrega da prestação jurisdicional, que deve necessariamente encerrar o binômio produtividade com qualidade. Este desiderato, reforçado pela EC 45/2004 e Resolução 1/2008 da Enamat, tem sido buscado, seja quanto ao aspecto do conteúdo programático, seja sob o ângulo da metodologia adotada no curso".

E-gestão irá orientar a organização da estrutura da JT do Paraná

Ferramenta passa a ser suporte de decisões da Administração

Flaviane Galafassi

O TRT do Paraná regulamentou, em 18 de setembro, a ferramenta e-Gestão, que passa a ser utilizada como suporte das decisões da Administração. A ferramenta tem como objetivo traçar um perfil da estrutura das Varas do Trabalho do Paraná, avaliar e adequar a estrutura funcional, dando-lhe maior racionalidade, sempre em busca da celeridade e eficiência na prestação jurisdicional.

Para informar os juízes sobre como será feito o levantamento estatístico de cada unidade e os critérios para a designação de juízes substitutos e servidores, foi criado na internet o espaço "Conheça o E-Gestão" (egestao.trt9.jus.br). No endereço, é possível acompanhar os índices e fazer sugestões para o aprimoramento da ferramenta. "Os juízes também podem contribuir para a evolução do sistema, de forma a garantirmos uma prestação jurisdicional cada vez mais

célere", informa a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Batista.

Para desenvolver o aplicativo, foram observados vários aspectos do trabalho de cada Vara. Foi verificado não apenas o volume processual, mas muitas informações relativas à atividade judiciária, agrupadas por índices, aos quais se atribuíram pesos conforme o grau de importância, complexidade ou política institucional da Administração. São observadas também as estruturas física e humana de cada unidade. "O Conselho Nacional de Justiça determinou recentemente que todos os tribunais implantem um sistema de organização de núcleos de estatística e gestão estratégica, de forma a acompanhar os trabalhos da Justiça, buscando a celeridade nas soluções dos litígios. O TRT da 9ª Região já vinha trabalhando com essa ferramenta antes mesmo dessa determinação, porque era prevista a necessidade, e com isso

conseguimos concluir o trabalho antecipadamente, de forma a oferecer condições de já iniciarmos esse acompanhamento", lembra a presidente.

Para orientar os magistrados e servidores sobre as avaliações estatísticas para decisões administrativas, serão realizadas reuniões regionalizadas, no interior do Estado. O modelo adotado no Paraná foi apontado pelo corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, em visita correicional realizada em maio, como eficiente. O ministro indicou o modelo adotado no TRT da 9ª Região ao TRT da 17ª, durante correição realizada no mês de agosto. "A ferramenta traça uma radiografia objetiva das Varas do Trabalho da Região, de modo a propiciar à Presidência deliberações administrativas mais seguras e racionais, tendo em conta particularmente o princípio da eficiência", disse o corregedor-geral. ■

Videoconferência: órgãos da Justiça do Trabalho interligados



O diretor da SJ, Cláudio de Lima, em videoconferência de setembro

Jussara Elisa

A partir de outubro, a maioria dos órgãos da Justiça do Trabalho, CSJT, o

TST e os TRTs, além da Enamat, estará interligada para a realização de videoconferência. Equipamentos necessários para a viabilização do sistema foram entregues em setembro. Com a utilização dessa tecnologia, é possível a realização de conferências, seminários, cursos ou simples reuniões para tratar de assuntos de interesse da Justiça do Trabalho, entre pessoas de diferentes regiões do país, como se estivessem no mesmo local.

Neste momento, as videoconferências estão sendo utilizadas para os

projetos que envolvem a tecnologia da informação, com ênfase ao SUAP nacional. A primeira reunião por meio de videoconferência aconteceu em 27 de agosto, com a participação do TST e dos Tribunais do Trabalho da Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso e Campinas.

O sistema de videoconferência oferece diversos benefícios. Dentre eles, economia de tempo (evitando deslocamentos) e de recursos (com a redução de gastos com diárias e passagens). Outra vantagem é que os eventos podem ser armazenados para consulta posterior, a qualquer momento. ■

Integração OAB-PR e TRT da 9ª Região

Em setembro deste ano, foi implantado o sistema de atualização automática de impedimentos e suspensões para todos os advogados do Paraná. Em razão de parceria entre a OAB-Seção Paraná e o TRT da 9ª Região, o Sistema Unificado de Administração de Processos (SUAP) de 1º e 2º Grau recebe diariamente a situação cadastral de cada advogado, diretamente da base da OAB-PR.

A Secretaria de Informática do TRT-PR providenciou a integração através da adaptação de programas do SUAP e de rotinas de importação de dados. Agora, não será mais necessário o cadastro dos impedimentos gerais para os advogados paranaenses, visto que

estas informações serão incluídas e retiradas automaticamente a partir de informações fornecidas pela própria OAB-PR. Outra funcionalidade implantada no SUAP foi relacionada ao cadastro de novos advogados, onde a tela buscará o nome do advogado da OAB-PR a partir do número de registro informado, não permitindo que aconteçam equívocos ao informar o nome ou ainda que sejam cadastrados estagiários como se fossem advogados.

Segundo dados fornecidos pela Corregedoria do TRT-PR, mais de cem ofícios eram digitalizados por semana e posteriormente publicados em uma área pública. Visualizando esta área, um servidor de cada jurisdição manu-

almente registrava as informações no SUAP das suspensões e impedimentos, trabalho este que consumia uma enorme fatia de tempo e ainda estava sujeito a falhas de digitação.

O próximo passo da Corregedoria e da Secretaria de Informática será discutir alternativas relacionadas às bases de advogados de outros Estados, para que o TRT possa completar todo o processo de automatização de impedimentos e suspensões. Em paralelo, aguardam-se informações do CSJT/TST quanto ao convênio estabelecido com a OAB Nacional, que, acredita-se, seria a melhor alternativa para proceder com a atualização do cadastro de advogados em âmbito nacional. ■

TRT do Paraná adere ao Renajud

Flaviane Galafassi

O TRT-PR aderiu ao Sistema on-line de Restrição Judicial de Veículos (Renajud), ferramenta eletrônica que interligará o Poder Judiciário ao Denatran, possibilitando consultas e envio, em tempo real, de ordens judiciais eletrônicas de restrição e de retirada de restrição de veículos automotores. O termo aditivo que colocará o sistema em funcionamento para atender às decisões judiciais foi assinado pelo Conselho Nacional de Justiça, Ministério das Cidades e da Justiça e Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

A presidente do TRT da 9ª Região,

desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista, assinou o Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica, que implanta o sistema. Para acessar o Renajud, o juiz precisa ter uma senha. Após acessar o cadastro do veículo, pelo CPF ou CNPJ do proprietário e/ou sócio, o juiz poderá inserir restrições, desde a simples vedação de transferência da propriedade, o impedimento de novo licenciamento, a averbação de penhora, até o bloqueio da circulação do veículo, com a determinação de seu recolhimento a depósito judicial. O Renajud vem complementar o rol de ferramentas desenvolvidas com o objetivo de garantir maior efetividade

às execuções judiciais, como as que possibilitam o bloqueio de valores em instituições financeiras e o acesso aos dados da Receita Federal, inclusive declaração de bens (Infojud).

O projeto-piloto do Renajud funciona desde maio, no TRT da 10ª Região, que abrange o Distrito Federal e Tocantins. Entre as vantagens estão a economia e a celeridade, pois, em segundos, o magistrado poderá identificar a propriedade de um veículo, saber da existência de restrições e efetivar, pela internet, ordens judiciais necessárias à solução do processo, tudo com rapidez e segurança. ■

Lançada 2ª edição de livro do juiz Paroski

A segunda edição do livro "Dano Moral e sua Reparação no Direito do Trabalho (atualizado de acordo com a EC 45/2004 - Reforma do Judiciário)", do juiz Mauro Vasni Paroski, foi lançada em setembro. A obra aborda a questão da origem do direito à reparação dos danos imateriais. Segundo o magistrado, "ao longo da história da humanidade, a importância dos direitos da personalidade, assim como, a imposição do dever de indenizar os danos provocados por sua violação, em menor ou maior grau, têm sido reconhecidos pelos sistemas jurídicos, desde os mais primitivos até os mais modernos, notadamente naquelas sociedades em que o ordenamento constitucional alcançou maior nível de desenvolvimento, quando visto da perspectiva dos direitos humanos e dos valores democráticos". O juiz Mauro Vasni Paroski é titular da Vara do Trabalho de Porecatu (PR).

■ Jussara Elisa



Conselho Nacional de Justiça debate responsabilidade socioambiental



Os desembargadores do TRT-PR Altino Pedrozo dos Santos (membro do CNJ) Ana Carolina Zaina e Edmilson Antonio de Lima no I Seminário de Responsabilidade Socioambiental, promovido pelo CNJ

Flaviane Galafassi

Os desembargadores do TRT-PR Altino Pedrozo dos Santos, Ana Carolina Zaina e Edmilson Antonio de Lima participaram, em setembro, do I Seminário de Responsabilidade

Socioambiental no Poder Judiciário, em Brasília. O objetivo do encontro foi a troca de experiências entre os tribunais, proporcionando o debate sobre responsabilidade social e as ações voltadas ao cuidado com o meio ambiente.

Na programação, as gestões dos órgãos do Judiciário relacionadas à sustentabilidade ambiental, com ações que possam melhorar o meio ambiente, como a redução do consumo de papel, de energia e de água.

O evento foi uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, que recomenda aos tribunais a criação de comissões ambientais para o planejamento, elaboração e acompanhamento de medidas, com fixação de metas anuais para correta preservação e recuperação do meio ambiente. A Recomendação nº 11, editada pelo Conselho em 17 de agosto de 2007, também prevê a adoção de políticas públicas para garantir um ambiente ecologicamente equilibrado e a conscientização dos próprios servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção ao meio ambiente. ■

Práticas de responsabilidade social

Jussara Elisa

Os Fóruns da Justiça do Trabalho de Londrina e de Maringá têm proposto medidas voltadas à preservação do meio ambiente. A 6ª Vara do Trabalho de Londrina está solicitando às partes que, se possível, não peticionem informando parcelas de acordo, a fim de evitar a prática de atos processuais desnecessários. Caso haja descumprimento, deverá o autor denunciar nos autos, requerendo sua execução. Essa decisão foi tomada tendo em vista que há muito trabalho sendo feito diversas vezes naquela unidade. Um exemplo é todo o caminho que uma petição percorre: é distribuída pelo Serviço de Distribuição, encaminhada à Vara, juntada aos autos, retornando os autos para o aguardo do cumprimento do acordo. Toda essa movimentação é considerada desnecessária, já que as partes podem simplesmente guardar o recibo e só informar o Juízo em caso de descumprimento. Além desse mo-

tivo, a implantação da prática atende Recomendação 11/2007 do Conselho Nacional de Justiça, que orienta os tribunais à adoção de medidas que visem a um meio ambiente equilibrado e à conscientização dos servidores e jurisdicionados. A implantação dos 5Rs pela Comissão de Responsabilidade Social (repensar, reduzir, reutilizar, reaproveitar e reciclar) foi mais uma razão para a 6ª VT implantar a medida.

Em Maringá, foram elaboradas sugestões para melhor utilização do papel no ambiente de trabalho. O estudo foi encaminhado à presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michael Bacila Batista, e à diretora do Fórum daquele município, juíza Ana Cristina Patrocínio Holzmeister. As medidas contemplam, entre outros pontos, o uso do verso do papel e do papel reciclado. Dentro das sugestões estão, ainda, o avanço da responsabilidade social, com a conscientização de magistrados e servidores sobre

a importância da preservação do meio ambiente através de atitudes do dia-a-dia. Segundo os servidores do fórum, "as medidas propostas podem, além da significativa economia de papel, gerar sensível diminuição no volume dos autos, importante economia de tempo no trabalho de juntada de petições, cálculos e sentenças, além da desnecessidade do uso de carimbos 'em branco' nos documentos".

O Fórum da Justiça do Trabalho de Cascavel informa que a impressão em frente e verso não está limitada apenas às impressoras que detêm essa funcionalidade. Nas impressoras da marca Kyocera, existe a opção de primeiro imprimir todas as páginas ímpares. Após o término, basta o usuário colocar tais folhas na bandeja, com a face voltada para cima, e determinar a impressão das páginas pares. O único cuidado é que a folha esteja na posição correta para não se imprimir de ponta cabeça. ■



Correições em outubro na Justiça do Trabalho

Flaviane Galafassi

A Corregedoria da 9ª Região da Justiça do Trabalho realiza, em outubro, correições ordinárias nas Varas de Pinhais, Guarapuava, Irati, Cornélio Procópio, Bandeirantes, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina e Curitiba. O objetivo é verificar o andamento dos serviços, o cumprimento dos prazos processuais e de normas específicas, como as do provimento geral da Corregedoria. O corregedor regional, desembargador do TRT Ney

José de Freitas, receberá advogados e estará também à disposição da comunidade jurisdicionada.

Em Pinhais, a correição acontece nos dias 1º e 2. No segundo dia, o corregedor estará à disposição dos interessados, das 16h30 às 17h30. Em Guarapuava, a correição ocorre de 8 a 10, com audiência pública das 16h às 17h do dia 9. Em Irati, a correição acontece no dia 13, com audiência pública das 16h às 17h. Na 13ª VT de Curitiba, a correição é em 15 e 16, com audiência pública das 16h às 17h do dia 16.

Em 20 e 21, a correição ordinária será na VT de Cornélio Procópio, com audiência pública das 16h às 17h30 do segundo dia. Em Bandeirantes, o corregedor estará à disposição da comunidade no dia 22, das 16h30 às 17h30; em Jacarezinho, no dia 23, das 17h às 18h; e em Santo Antônio da Platina, no dia 24, das 16h30 às 17h30.

O calendário de correições do mês de outubro é encerrado nos dias 29 e 30, na 7ª VT de Curitiba, onde o corregedor regional receberá advogados e/ou partes, das 16h às 17h do dia 30. ■

TRT-PR apresenta boas práticas em evento nacional de diretores e secretários

Rossana Tuoto

O XI Encontro Nacional dos Diretores e Secretários Judiciários dos Tribunais do Trabalho, sediado no TRT da 10ª Região, foi realizado de 24 a 26 de setembro, em Brasília. O tema central do evento - "Justiça do Trabalho: novos desafios" - possibilitou que os servidores do Regional paranaense levassem às mesas redondas práticas de êxito no TRT-PR.

A secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e da Seção Especializada, Ana Cristina Navarro Lins, apresentou "A excelência no atendimento ao público - Do outro lado do balcão" (matéria completa no Nona 163 - Agosto/2008). O "e-recurso" e o "e-gestão" foram apresentados pelo titular da Assessoria de Economia e Estatística, João Soares Miranda. "A sessão informatizada no sistema e-gab" foi descrita pelo servi-

dor da Secretaria de Informática, área de Desenvolvimento de Sistemas Judiciários, Francis Carlos Buquio Tscheliski.

"As palestras gerais pertinentes ao tema central do evento abordaram a visão de futuro dada pela implantação do processo eletrônico e a necessidade do nosso preparo frente a esta inovação, bem como a importância de continuarmos focados nas pessoas, promovendo seu desenvolvimento, mediante qualificação e apoio", destacou Ana Cristina Navarro Lins.

As reflexões durante o evento prosseguiram nas seguintes palestras: "Desenvolvimento de Pessoas e Mudanças



O presidente e corregedor do TRT da 10ª Região, juiz Mário Fernandes Caron, e o diretor-geral judiciário daquele TRT, Marco Aurélio de Carvalho, com os servidores do TRT-PR Ana Lins, Eliane Brito e Miguel Szollosi e servidores de outros regionais

Organizacionais"; "O Processo Judicial Eletrônico - Lei nº 11.419/2006 e o SUAP/JT - Alguns Possíveis Impactos Decorrentes de sua Adoção" e "Tabelas Processuais Unificadas e Numeração Única de Processos no Âmbito do Poder Judiciário".

O TRT-PR foi eleito por aclamação para sediar o próximo encontro nacional, em 2009. ■

Recursos públicos em pauta

Os servidores da Assessoria de Controle Interno Marhuska Santos Poli (assessora) e Mário Luís Krüger (Setor de Auditoria de Despesas) acompanharam no "III Fórum de Controle Interno e Auditoria da Administração Pública", sediado em Belo Horizonte, nos dias 25 e 26 de setembro, as constantes preocupações que cercam a utilização dos recursos públicos. Eles ressaltaram que foi reforçado o posicionamento de que o controle da administração pública decorre de atuação conjunta dos órgãos de controle externo (TCU), internos de cada órgão (unidades administrativas) e controle pela sociedade.

■ Rossana Tuoto

Encontro de Saúde tem adesão de 470 servidores em todo o Paraná



Servidores recebendo quick-massage durante o encontro de saúde

Flaviane Galafassi

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná realizou, no mês de setembro, nas cidades de Maringá e Curitiba, as últimas edições deste ano do II Encontro Regionalizado de Saúde. Nos quatro eventos que realizou em todo o Paraná - Cascavel, Londrina, Maringá e Curitiba - houve participação de 470 servidores, que durante um dia discutiram temas referentes às boas práticas no ambiente de trabalho, com foco principalmente no relacionamento interpessoal e na saúde física e mental. "Este ano o encontro teve como tema "Estilo de Vida e

Saúde", e foi com esse foco que buscamos realizar todas as atividades, orientando os servidores quanto a ter um estilo de vida saudável", disse a diretora do Serviço de Desenvolvimento e Benefícios do TRT-PR, Valéria Cobbe, que coordenou os eventos.

Entre os temas debatidos, ganharam destaque "A difícil arte de relacionar-se: do trabalho ao casamento" e "Prosperando com Saúde". Também foram programadas oficinas para troca de informações sobre vários aspectos da saúde, entre eles os hábitos alimentares e a psicomotricidade relacional.

Em Curitiba, além das palestras e oficinas, os servidores também puderam receber massagens em um espaço reservado, feitas

por profissionais da área. A atividade foi uma das mais apreciadas pelo servidor da 1ª Vara de Ponta Grossa, Ademir Antonio da Silva. "Participar de encontros como este nos faz pensar se estamos agindo de forma correta. Eu me preocupo com isso, embora minhas atitudes não correspondam a esta preocupação, uma vez que não pratico nenhum exercício físico", disse. Mas reconhece que é preciso eleger prioridades. "Nas palestras, a gente reflete sobre as prioridades necessárias", enfatizou o servidor. ■



Os servidores que participaram do encontro submeteram-se a exames laboratoriais

Presidente do TRT em Foz do Iguaçu

Jussara Elisa

Nos dias 10 e 11 de setembro, a presidente do Tribunal do Trabalho do Paraná, desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, esteve em Foz do Iguaçu. Na oportunidade, reuniu-se com os juízes titulares e substitutos daquele Fórum Trabalhista; conheceu o terreno que abrigará a nova sede da Justiça do Trabalho de Foz do Iguaçu; e recebeu servidores, dentro do programa "Fale com a Presidente".

Acompanhada pela titular da 2ª VT de Foz do Iguaçu, juíza Neide Consolata Folador, encontrou-se, no dia 11, com o prefeito Paulo MacDonald Ghisi. Na ocasião, falaram sobre a redução no número de processos trabalhistas com

a prefeitura figurando como parte, que a equipe jurídica da Prefeitura acredita que a tendência é de uma queda ainda maior. Falaram, também, sobre acordos em precatórios trabalhistas.

Esse contato da presidência do Tribunal com magistrados, servidores e autoridades do interior e litoral faz parte da proposta da atual administração de conhecer pessoalmente a realidade de cada região e interiorizar as ações administrativas, possi-

ibilitando a avaliação das instalações físicas, estrutura de informática e quantitativo do quadro de servidores nas localidades visitadas. ■



Na foto, as magistradas e o prefeito, com a procuradora-geral do Município Gláucia Maria Ascoli e os procuradores Neandro Lunardi (assuntos patrimoniais), primeiro à esquerda, e Marcelo Pinto Sancandi (assuntos trabalhistas)